

ÍNDIOS E CIVILIZAÇÃO NA CAPITANIA DE MATO GROSSO SOB A PERSPECTIVA DO DIRECTÓRIO

Loiva Canova^{1*}

Resumo

Este artigo analisa o conceito de civilização no contexto da filosofia Iluminista, discutido pelos filósofos do período, e que deveria ser aplicado aos índios da América portuguesa e às práticas sociais indígenas. Uma lei publicada no Setecentos, denominada Directório, cujas resoluções se destinavam aos índios, inicialmente foi aplicada aos índios do Grão-Pará e Maranhão, para depois ser dirigida aos índios de Mato Grosso. Entende-se que o Directório foi um instrumento jurídico empregado aos índios por meio da regulamentação das ações dos agentes da colonização portuguesa e os colonos, entre os anos de 1757 e 1798, e também representa o resultado da política Iluminista destinada aos índios. Os discursos a propósito de civilizar os índios promoveram práticas sociais capazes de interferir na vida de muitos que viviam nas terras da capitania de Mato Grosso. Uma parte mínima do discurso a propósito desse assunto é apresentada neste texto.

Palavras-Chave: índios; Directório; Mato Grosso.

Abstract

This article intends to analyze the concept of civilization through the Enlightenment thinkers ideas, and which should have be applied to the Portuguese American Indians and to the Indian social customs. Directório, a law published in Seventeenth Century, which resolutions were applied to the Indians, at first was put into practice with Indians of the Grão-Pará and Maranhão (old denomination for the Maranhão State), and then was directed at Indians of the Mato Grosso State. A legal instrument, Directório rules were applied to Indians through the regulation of actions of the Portuguese colonization agents and colonists, between 1757 and 1798. Directório represents the results of the Enlightenment policy conceived to the Indians. Some talking about the intention to civilize Indians had as a result social practices which could interfere in the Mato Grosso citizens life. A very small excerpt of this talking is present in this work.

Keywords: Indians; Directório; Mato Grosso.

Pesquisas do período colonial a respeito da temática da história indígena têm mostrado que em todo o processo de expansão, conquista e colonização, o índio esteve presente.

Desde o início da colonização, os missionários, responsáveis pela propagação da fé em Cristo, viam nos índios a possibilidade da expansão do aumento do número de fiéis no novo mundo, e também os tinham como mão de obra disponível para o crescimento econômico da instituição. Particularmente, em meados do século XVIII, agentes da metrópole os viam como vassalos da Coroa portuguesa capazes de desenvolver atividades voltadas à proteção da fronteira, a fim de promover o processo de ocupação efetiva das terras

^{1*} Doutora em História, professora no Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

na colônia americana. Em toda a história do domínio português na colônia americana, os diferentes agentes da colonização tiveram no indígena uma fonte de ganhos econômicos por meio da venda da mão de obra escrava e na apropriação de seus saberes nas múltiplas atividades adaptadas ao ambiente dos trópicos.²

Em especial na historiografia mato-grossense, sobre a política da metrópole em usar os índios para serem os guardiões da fronteira,³ tem-se a pesquisa de Jovam Vilela da Silva, que esclarece a política de povoamento utilizado pelo gabinete pombalino na ocupação do território da capitania de Mato Grosso. Ao trabalhar com a tese que, juntamente com os migrantes brancos, mestiços e negros, foram incorporados os nativos, o autor omprova que as relações históricas e demográficas refletiram a política populacional no século XVIII com base no plano de povoamento engendrado pelo Gabinete Pombalino e executado pelo governador do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, com os governadores de Mato Grosso, o primeiro deles, Antônio Rolim de Moura.⁴

Para tal empreendimento, deve-se atentar que, no Mato Grosso colonial, as sociedades indígenas eram significativamente numerosas.⁵ As relações estabelecidas com os índios pelos missionários, pela Coroa portuguesa, pelos sertanistas e demais agentes da colonização são explicadas por Manuela Carneiro da Cunha como política indigenista. Há ações dirigidas aos índios que remetem às explicações da autora no decorrer da história do Antigo Regime até o atual Estado, a República.⁶ Entre os quais, o Directório, que foi uma política contextualizada em meados do século XVIII, ainda quando se vivia em Portugal o despotismo esclarecido.⁷

O Directório consistiu em um instrumento jurídico em forma de constituição elaborado pelos portugueses para civilizar os índios. Rita Heloísa de Almeida esclarece que, no ano de 1757, passou a vigorar a lei do “Directório dos Índios do Brasil”, instruindo e legitimando o comportamento do colonizador em relação às populações indígenas. Os assuntos contidos em seus artigos determinam atitudes mais incisivas de proteção aos índios, visando à sua integração ao projeto civilizador. Embora não se constituísse “uma novidade, em termos de instrumento jurídico de políticas coloniais”, o Directório materializou uma conduta política relativa às populações ameríndias, legalizando um discurso precedente de proteção e liberdade a eles, de forma geral, e especialmente aos considerados índios mansos. Nas palavras de Rita Heloísa de Almeida, o Directório significou “um documento jurídico que regulamentou as ações colonizadoras dirigidas aos índios, entre os anos de 1757

² MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.** São Paulo: Companhia da Letras, 1994.

³ MEIRELES, Denise Maldí. **Guardiões da fronteira:** rio Guaporé, século XVIII. Petrópolis: Vozes, 1989.

⁴ SILVA, Jovam Vilela da. **Mistura de cores:** política de povoamento e população na capitania de Mato Grosso - século XVIII. Cuiabá: EdUFMT, 1995.

⁵ Para saber da mais de uma centena de índios descritos em seus territórios, que posteriormente seriam invadidos e tomados como sendo dos portugueses, ler: CAMPOS, Antônio Pires de. Breve notícia que dá o capitão Antônio Pires de Campos, do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das minas do Cuiabá e seu recôncavo (1723). In: TAUNAY, Afonso de Escagnolle. **Relatos sertanistas.** São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, p. 179 e ss.

⁶ CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia da Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.

⁷ Sobre o assunto ver: MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal:** paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

e 1798 [...], um instrumento jurídico criado para viabilizar a implantação de um projeto de civilização dos índios na Amazônia”⁸

O texto tem por proposta problematizar e contextualizar a partir de uma particularidade do conteúdo de uma carta escrita por Antônio Rolim de Moura endereçada ao governador da capitania do Grão Pará e Maranhão. Essa correspondência data do dia 15 de novembro de 1758, quando o governador de Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura, antes de findá-la e enviá-la ao senhor Francisco Xavier de Mendonça Furtado, é interpelado pelo “Doutor Teotônio da Silva Gusmão”, que na cena desse ato trouxe-lhe uma cópia do Directório para ser lido.⁹ A discussão do texto parte dessa carta, no sentido de dialogar com os assuntos relacionados ao Directorio e alguns conceitos discutidos pela Filosofia das Luzes, Ilustração ou Iluminismo.

Os personagens e conceitos sobre o Iluminismo

Com o fito de situar o leitor, fez-se um breve relato dos personagens aqui postos. Antonio Rolim de Moura foi o governador da Capitania de Mato Grosso entre os anos de 1751 e 1764, depois se tornou governador da Bahia e mais tarde vice-rei do Brasil. Na biografia escrita por Carlos Francisco Moura, o nobre e instruído português, primo de Dom João V, além de exercer a maior de todas as funções políticas na colônia, foi nomeado, pelo rei de Portugal, governador de Mato Grosso, no ano de 1746.¹⁰ Saiu de Portugal em 1749 rumo às terras da América com uma expedição formada por 190 homens. Veio para a colônia americana com o intento de executar mandos oficiais, entre os quais fundar a capital da capitania de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade, na margem oriental do Rio Guaporé, igualmente fundou uma missão conhecida como Santana, a primeira missão jesuítica em terras matogrossenses, legislou em torno da concessão de sesmarias, tratou da política indigenista com o feito de guerra justa aos índios Paiaguá e proteção aos índios mansos, os Paresi, e trabalhou na demarcação da fronteira oeste da colônia, o qual talvez tenha sido o mais penoso dos ofícios dentre os que lhe foram atribuídos por meio das instruções reais.¹¹

A Capitania de Mato Grosso foi criada em 1748, por questões relacionadas à expansão dos domínios portugueses nas terras da América. Francisco Xavier de Mendonça Furtado era irmão de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Pombal, e governou na época o Grão-Pará e o Maranhão com a finalidade de realizar um dos maiores lides para o império ultramarino: a demarcação das terras de domínio português na fronteira norte. Os dois governadores foram amigos próximos na América portuguesa, a ponto de Rolim de Moura

⁸ ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Directório dos índios**. Um projeto de civilização no Brasil do século XVIII. Brasília: Ed. UnB, 1997. p. 14-15.

⁹ CARTA de Antônio Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Vila Bela da Santíssima Trindade, 15 de novembro de 1758. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.). **D. Antônio Rolim de Moura**: primeiro Conde de Azambuja. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. 3 v.

¹⁰ Relativamente ao assunto, ler: MOURA, Carlos Francisco. **Dom Antônio Rolim de Moura**, Primeiro Conde de Azambuja; biografia. Cuiabá, UFMT – Imprensa Universitária, 1982. (Coleção Documentos Ibéricos – Série: Capitães – Gerais, 1).

¹¹ INSTRUÇÃO REAL enviada pela rainha de Portugal ao Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso Antônio Rolim de Moura. Lisboa, 19 de janeiro de 1749. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Pasta 23, n. 1391.

receber do governador do Grão-Pará e Maranhão, em Vila Bela da Santíssima Trindade, muitos mimos em forma de alimentos e bebidas vindos de Portugal, trazidos por viajantes que navegavam sobre as águas dos rios da bacia amazônica, na conhecida rota das monções do norte.¹²

O outro personagem citado no texto é o Doutor Teotônio da Silva Gusmão, que chegou à Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá no ano de 1751, junto com a expedição monçoieira do sul, nas trilhas das águas das bacias do Paraná e do Paraguai,¹³ chefiada por Antônio Rolim de Moura. Tinham saído do porto de Araritaguaba, ou Porto Feliz, localizado às margens do Rio Tietê. Teotônio da Silva Gusmão foi nomeado por Rolim de Moura ouvidor de Vila Bela da Santíssima Trindade, para depois, em 1753, organizar uma expedição exploratória com o objetivo de encontrar minério no pé da Serra do Grão Pará, localizada nas proximidades de Vila Bela. Morou na condição de sitiante nas margens do Rio Madeira, e lá fundou uma aldeia denominada Nossa Senhora da Boa Viagem. Em seguida, foi indicado desembargador da Relação da Bahia.¹⁴ Pelo assunto posto na correspondência do governador, foi ele o mensageiro que levou até Rolim de Moura, quando esse escrevia a carta endereçada a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o documento que tratava do assunto em referência aos índios, o Directório.

Antes, tem-se também que situar o leitor quanto aos acontecimentos intelectuais que moveram a sociedade europeia em meados do século XVIII, por meio da chamada Filosofia das Luzes. A filosofia Iluminista foi responsável pela mudança do pensamento humano europeu no século XVIII, e em torno de um pensamento abstrato e teológico, a Filosofia das Luzes contrapõe com o pensamento baseado na razão. Pressupõe-se que as respostas sobre as problemáticas humanas deviam ser buscadas na razão, deixando de lado as explicações sobre a transcendência. Foi um movimento intelectual acontecido em várias nações europeias, fundamentalmente, com mais força na França e Itália. O Iluminismo se opôs ao excesso do poder centralizado nas mãos da aristocracia e da Igreja por meio de manifestações expressas dos teóricos mobilizados na conclusão de que somente a partir do uso da razão os homens atingiriam o progresso político, econômico e sociocultural. Entre as muitas definições apresentadas por Francisco José Calazans Falcon, cita-se esta, a fim de sintetizar o movimento:

A Ilustração aparece-nos assim, claramente, como uma ideologia em que se afirmam as principais categorias da sensibilidade intelectual do século XVIII: cultura, civilização, progresso, educação da humanidade. O homem esclarecido age sempre segundo os ditames do intelecto, não se deixando levar pelos sentimentos e pela paixão. Toda a autoridade exterior, não justificada pela razão, deve ser rejeitada pela consciência individual, na religião, na política, na estética, no direito e na moral. Tudo deve submeter-se ao império da razão:

¹² CANOVA, Loiva. **Antônio Rolim de Moura e as representações da paisagem no interior da colônia portuguesa na América (1751-1764)**. 319 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

¹³ PRESOTTI, Thereza Martha Borges. **Na trilha das águas**. Índios e natureza na conquista colonial do centro da América do Sul: sertões e minas do Cuiabá e Mato Grosso (Século XVIII), 2008. Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

¹⁴ SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. **Dicionário biográfico mato-grossense: período colonial: 1524/1822: autoridades, bandeirantes, cientistas, conquistadores, índios, militares, religiosos, sertanistas, viajantes**. Cuiabá: Carlini & Carniato, 2005. p. 115-116.

o conhecimento do mundo e do homem, critério único e garantia do próprio progresso ilimitado da humanidade. É a utopia que se coloca em condições de assegurar até mesmo, como meta final, a superação da contradição entre a transcendência e a imanência.¹⁵

Ou, segundo conceito extraído do Dicionário, também citado por Falcon, Iluminismo é:

S. m. Nome com que se designa o movimento filosófico-intelectual que floresceu no século XVIII na Europa e que, embasado numa postura racionalista, realizou o exame crítico das instituições absolutistas e eclesiásticas, combatendo as tradições feudais e religiosas, opondo-se a qualquer doutrina revelada, e acreditando numa ordem racional do mundo que seria perceptível pelo progresso da humanidade; ilustração.¹⁶

Esse movimento filosófico possibilitou a Portugal, no período do governo do rei Dom João V, algumas inovações nos aspectos da ciência e da tecnologia. Ele, o rei, foi o responsável pela introdução nas terras lusas de métodos astronômicos para observar as longitudes, renovou a escola portuguesa de cartografia, impulsionou os estudos da Geografia em novas bases científicas, resultando num “novo Atlas do Brasil, guiado sempre pela previsão, a largo prazo, e a necessidade de resolver os problemas da delimitação de territórios com a Espanha, na América do Sul”. Além da Geografia, deu importância aos estudos da Matemática, e para tal cuidou em trazer ao Reino astrônomos, engenheiros, militares, cartógrafos e matemáticos para que trabalhassem na renovação da cultura portuguesa, bem como na aplicação de novas técnicas, necessárias à expansão no ultramar. Jaime Cortesão cita alguns nomes notáveis que trabalharam para o reino português, com a finalidade de precisar os interesses geopolíticos na América portuguesa:

[...] o Pe. Domingos Capassi, astrônomo e cartógrafo, o engenheiro Frederico Jacob de Weinholtz, instrutor e inventor de novas peças de artilharia, Fr. Estevão de Loreto, engenheiro e cartógrafo; o astrônomo e cartógrafo Miguel Ciera, o cartógrafo e engenheiro Schwebel, os astrônomos Brunelli e Stzentmarthy, os engenheiros e cartógrafos Galuzzi e Strum [...].¹⁷

Do mesmo modo, convidou à sua nação arquitetos, músicos, pintores, gravadores, empresários de ópera e cantores sacros e profanos, com o intuito de promover um movimento de renovação cultural e científico.

¹⁵ FALCON, Francisco José Calazans. **A época pombalina**: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Ática, 1982. p. 99-100. Na citação deste texto, Falcon usou dos argumentos de Condorcet.

¹⁶ DICIONÁRIO Ilustrado da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro: Bloch, 1976.

¹⁷ CORTESÃO, Jaime. **O Tratado de Madrid**. Brasília: Senado Federal, 2001. v. 1, tomo I (Coleção Memória Brasileira). p. 92-93.

Esse é o fragmento exemplificador das inovações científicas e culturais quanto ao assunto do Iluminismo. Conforme elucida Falcon, no trato dos agentes históricos predominantes do movimento ilustrado, tem-se os homens das letras, ao lado dos profissionais liberais, oficiais do Estado Absolutista e figuras da aristocracia.¹⁸ É nesse quadro social que se encontra Antônio Rolim de Moura. Na América, foi um oficial do reino talhado para cumprir sua missão política, e experienciou com seus patrícios parte daquelas inovações promovidas pelo pensamento Iluminista. Ainda, diziam ser ele homem aplicado nos estudos das Filosofias, aprendendo a “arte de bem pensar” nas obras de Locke, Cartésio, Wolff e Malebranche.¹⁹

Conforme relata José Antonio de Sá, o governador de Mato Grosso teve a:

glória de ter nascido num século filosófico, em que a verdade se encaminha à evidência, e à pureza das conclusões imediatas e infalíveis. Mais de uma vez agradece ao Céu de o fazer existir posterior a Newton para participar as luzes de um tão grande homem.²⁰

Do mesmo modo afirma Jaime Cortesão em menção aos nobres portugueses, responsáveis pela delimitação do território do Brasil no governo de D. João V. Conforme o autor, muitos se formaram nas Academias Militares, sob orientação dos saberes do engenheiro-mor senhor Manuel de Azevedo Fortes e dos astrônomos jesuítas, os padres matemáticos, João Batista Carbone e Domingos Capassi, ambos naturais de Nápoles, os quais chegaram a Lisboa em 19 de novembro de 1722. Esses homens, com especialização nos conhecimentos da cartografia, geografia e engenharia, eram estudiosos contratados pelo rei de Portugal na Itália, os quais desenvolveram e aprimoraram estudos da longitude e latitude, técnicas aplicadas particularmente aos estudos em cartografia e nos da Geografia Astronômica do reino português. Quanto ao militar, filho de nobilíssima família portuguesa e governador de Mato Grosso, Jaime Cortesão apresenta em síntese, sua formação:

As Academias Militares, sob o impulso do engenheiro-mor, e a proteção, ainda que inconstante, de D. João V, tornaram-se um viveiro de engenheiros, geógrafos e cartógrafos, donde vão sair os grandes construtores de Mato Grosso, como o seu primeiro governador, D. Antônio Rolim de Moura, e Luís de Albuquerque Pereira e Cáceres [...]. Mais e melhor contribuíram para a formação dum novo tipo social e cultural, que as necessidades da época exigiam.²¹

Essa breve explicação em alusão ao pensamento Iluminista e da formação política e intelectual de Antônio Rolim de Moura possibilita situar sua fala naquilo que sugere o conteúdo da correspondência, ou seja, pensa-se na hipótese de ser, o governador, um dos responsáveis pela divulgação inicial dos princípios do Iluminismo em terras matogrossenses, nesse particular, no projeto de civilizar os índios por meio do instrumento jurídico, o Directório.

¹⁸ FALCON, 1982, p. 96.

¹⁹ SÁ, José Antonio de. **Elogio Fúnebre ao Ilmo. e Exmo. Senhor D. Antônio Rolim de Moura, Conde de Azambuja**. Lisboa: [s. n.], 1784. p. 14.

²⁰ SÁ, 1784, p. 12.

²¹ CORTESÃO, 2001, p. 291.

A carta, o Directório e os conceitos filosóficos do Iluminismo

Pela leitura da correspondência, é facilmente observável as expectativas de Antônio Rolim de Moura a respeito do conteúdo político do Directório, por ser ele um instrumento civilizador que pretende levar os índios à racionalidade.²² O governador, além de tecer elogios pela organização da escrita e pela clareza de seus objetivos, ainda atenta para os detalhes do tal projeto destinado às populações indígenas. Não obstante, num primeiro momento, aparecem claramente suas dúvidas no sentido de se revelar receoso a respeito da aplicabilidade do Directório aos “naturais da terra”. Eram, ao que lhe parece, incapazes por não terem raciocínio, devido aos fracos atributos, levando-os a viverem as paixões e a se entregarem à vaidade e ao comodismo:

Antes de acabar esta carta, me trouxe o Doutor Teotônio da Silva Gusmão o traslado do Directório, que li com grandíssimo gosto, e admiração pela ordem, clareza, e miúda providência, com que está feito. A grande brutalidade, e falta de raciocínio dos índios faz reçar, que não tirem dele todo o proveito, que aliás se devia esperar: mas se por este meio se não reduzirem à civildade e racionalidade das mais nações, pode assenter-se, que o não o há. O despertar-lhe das paixões da vaidade, da ambição, do desejo de adquirir, e viver com cômodo, como Vossa Excelência procura fazer por via do Directório, repute pelo meio mais eficaz. Ainda que sejam vícios, eles são pela maior parte, os que obrigam aos homens a trabalhar, a instruir-se, a associar-se e a viver em uma necessária dependência uns dos outros, e se eles não foram estariam os brancos hoje no mesmo estado, em que vemos aos índios, nos quais, parece, nos quis Deus mostrar a necessidade, que o mundo tem para a sua conservação, depois da caída dos nossos primeiros pais, das inclinações e propensões naturais.²³

De forma resoluta, os escritos de Antônio Rolim de Moura apontam a necessidade dos instrumentos educacionais contido no Directório para que os índios conseguissem desenvolver capacidades semelhantes às dos brancos. Se o espírito de associação e da instrução não estivessem presentes entre os brancos, certo seria que estariam no mesmo “estágio de evolução” que ocupavam os índios naquela ocasião. O pensamento Iluminista afirmava a importância da imanência e da secularização, pois exerceriam o papel de possibilitar à sociedade novos ideais que teriam como fim “eliminar o obscurantismo da humanidade, levando-os a razão”. Para os defensores do Iluminismo, o principal veículo que desconstruía a ignorância, as paixões e o sobrenatural era a educação. A educação formal foi tida como o móvel para todos os males e representava a panaceia de todos os problemas, um valor instrumental supremo. Ou seja, “só ela é capaz de abrir caminho à elevação da plebe, essa plebe que representa afinal a negação do espírito ilustrado, mas ao mesmo

²² A correspondência de Antônio Rolim de Moura entre os anos de 1751 e 1758 foi catalogada na obra: DIONÍSIO, Ana Lúcia de Freitas. **Política indigenista e indígena no governo de Antônio Rolim de Moura na Capitania de Mato Grosso (1751-1758)**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Mato Grosso, 2013.

²³ CARTA de Antônio Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Vila Bela da Santíssima Trindade, 15 de novembro de 1758. In: PAIVA, 1982.

tempo a perspectiva de superação dessa negação”.²⁴ Do mesmo modo, a defesa da educação formal foi ideia transmitida no Directório:

E como essa determinação he a base fundamental da Civilidade, que se pertende, haverá em todas as Povoações das Escolas públicas, huma para os Meninos, na qual se lhes ensine a Doutrina Christã, a ler, escrever, e contar na fórma, que se pratica em todas escolas das Nações civilizadas; e outra para as Meninas, na qual, além de serem instruídas na Doutrina Christã, se lhes ensinará a ler, escrever, fiar, fazer renda, custura, e todos mais ministérios próprios daquelle sexo.²⁵

Compreende-se que o papel da pedagogia foi para os Ilustrados o instrumento que permitiu a tradução dos ideais iluministas na sociedade, educando-a para as reformas que eliminarão o obscurantismo da humanidade, levando-a ao progresso da razão.²⁶ Ao compreender a importância da educação à humanidade, pode-se perguntar o que se entende por civilização à época?

Para explicar o conceito à discussão, nomeia-se mais uma vez Francisco José Calazans Falcon. Para o autor, a civilização é compreendida como um valor em si como uma “espécie de qualidade que faz ou deve fazer parte da própria maneira de ser do homem em sociedade”. A civilização também pode ser concebida como uma “tomada de consciência da realidade, da existência do homem na sua dimensão horizontal”. Tem-se também a “apreensão e valoração da diferença no tempo e no espaço entre as sociedades humanas”, pois, em última análise, para alguns filósofos contemporâneos da filosofia Iluminista à época, a humanidade deve percorrer “o caminho ao longo do qual os homens progredem do selvagismo à civilização” até atingir o plano dos costumes. Para o Iluminismo, a civilização afirmou-se mais como “um conceito que designa o movimento coletivo da realidade humana na sua passagem do estado da natureza ao estado da cultura”. A civilização significa também a possibilidade de civilizar além das questões relacionadas aos costumes, igualmente, no projeto educacional. A civilização, da mesma forma, tem o propósito de atuar no plano das instituições de um povo ou de um país, numa gradação e hierarquia de sentido em relação à civilização.²⁷

O Directório contemplou esse assunto citado na arguição acima, como também tratou de mais um tema de importância, o ensino da língua portuguesa como método mais eficaz para eliminar os maus costumes, conforme publicado no parágrafo 6 do Directório:

Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Nações, que compilarão novos Domínios, introduzir logo nos Póvos conquistados o seu

²⁴ FALCON, 1982, p. 90 e 92.

²⁵ DIRECTÓRIO, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão, em quanto Sua Magestade não mandar o contrário. Lisboa, Officina de Miguel Rodrigues, 1758, p. 4.

²⁶ FALCON, 1982, p. 90 e 92.

²⁷ FALCON, Francisco José Calazans. **Iluminismo**. São Paulo: Ática, 2004. p. 60 e 61.

proprio idioma, por se indisputável, que esse he hum dos meios mais effcazes para desterrar dos Póvos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz nelles o uso da Lingua do Principe, que os conquistou, se lhes radica tambem o affecto, a veneração, e a obediência ao mesmo Principe. Observando pois todas as Nações polidas do Mundo esse prudente, e sólidos systema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrario, que só cuidaraõ os primeiros Conquistadores estabelecer nella o uso da Lingua, que chamaraõ geral; invenção verdadeiramente abominável, e diabólica, para que privados os Índios de todos aquelles meios, que os podiaõ, civilizar, permanecessem na rustica, e Barbara sujeição, em que até agora se conservávaó. Para desterrar esse perniciosissimo abuso, será hum dos principaes cuidados dos Directores, estabelecer nas suas respectivas Povoacoes o uso da Língua Portugueza, não consentindo por modo algum, que oos Meninos, e Meninas, que pertecerem ás Êscolas, e todas aquelles Índios, que forem capazes de instrucção nesta matéria, usem da Língua própria das suas Nações, ou da chamada geral; mas unicamente da Portugueza na fórmula, que Sua Magestade tem recomendado em repetidas Ordens, que até agora se não observarão com total ruína Espiritual, e Temporal do Estado [...].²⁸

Além da busca de uma nova forma de conduzir a vida dos índios, juntamente com os ensinamentos que poderiam incorporá-los à civilização, como o aprendizado da língua portuguesa, para assim extinguir toda espécie de malignidade ou perversidade que a cultura desses povos trazia, havia outras, como evitar algumas práticas avaliadas como deploráveis à civilidade:

Finalmente, tendo a profanidade de luxo, que consiste na excessiva, e superflua preciosidade das galas, hum vícios dos capitães, que tem empobrecido, e arruinado os Póvos, he lastimoso o desprezo, e taõ escandalosa a miseria, com que so Índios costumaõ vestir, que se faz preciso introduzir nelles aquellas imaginações, que os possaõ conduzir a hum virtuoso, e moderado desejo de usarem de vestidos decorózos, e decentes, desterrando delles a desnudez, que sendo effeito naõ da virtude, mas da rusticidade, tem reduzido a toda essa Corporação de gente á mais lamentável miséria. Pelo que ordeno aos Directores, que persuadeão aos Índios os meios lícitos de adquirirem pelo seu trabalho com que se possaõ vestir à proporção da qualidade de suas Pessoas, e das graduações de seus postos, não consentindo de modo algum, que andem nus, especialmente as mulheres em quase todas as Povoações, com escândalo da razaõ, e horror da mesma honestidade.²⁹

Para atingir o intento de torná-los homens capazes do uso da razão e da civilização, Antônio Rolim de Moura apresenta uma proposta para fazer deles pessoas capazes de serem instruídas na cultura europeia. O governador sugere até que os jovens índios de Mato Grosso fossem enviados ao reino, pois lá receberiam as instruções necessárias, tor-

²⁸ DIRECTÓRIO, 1758, p. 3-4.

²⁹ DIRECTÓRIO, 1758, p. 7.

nando-se aptos a posteriormente repassar aos seus o modelo civilizado de ser que tinham aprendido:

Muito tempo há, me tem lembrado, e o desejo, se mandem de cá índios rapazes para o Reino, a fim de lá serem criados, e instruídos, como os brancos; pois essa experiência nos havia de desenganar, do que eles são capazes, tirando-lhe de diante dos olhos os objetos que forçosamente lhe hão de estar sempre lembrando as suas primeiras ideias, e introduzindo-lhe outras diferentes com a mudança de terra. E conseguindo-se nesses o fim pretendido, talvez seriam ao depois os melhores mestres para os seus naturais.³⁰

O conceito de civilização leva-nos a pressupor o conceito de progresso. Ou, como explica Francisco José Calazans Falcon, civilização “é uma realidade e um ideal, algo como a variável temporal da ideia de humanidade, tendo como seu substrato a noção de progresso”. Chama-se novamente Francisco José Calazans Falcon para explicar a que remete a palavra progresso. O conceito é moderno, e só é possível pensá-lo se for admitida também a historicidade da existência humana, como realidade autônoma na perspectiva de um desenvolvimento temporal, e a eficácia da ação do homem no mundo. Daí ser uma ideia que pressupõe imanência. É uma consciência de ruptura que surge no Renascimento. A noção de progresso é expressa numa hierarquização da humanidade, no tempo e no espaço, sustentada pela tese da perfectibilidade infinita da espécie humana, que é seu fundamento filosófico. A certeza do progresso permite encarar o futuro com otimismo. O progresso é linear e ilimitado. Como, por exemplo: o caminho da humanidade do tempo da barbárie à civilização, pois é o próprio caminho da animalidade à humanidade.³¹

A partir dessas explicações, é possível afirmar que Antônio Rolim de Moura sugeriu que fossem enviados alguns jovens índios para aprender novos valores na Europa. Conforme observado na carta de Antônio Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o governador acreditava que o progresso faria dos índios criaturas inseridas nos princípios da modernidade surgidas no Renascimento. Ganhariam uma consciência de ruptura, sendo possível rescindir com a ideia cíclica, aquela que os destinava à barbárie, à selvageria, que infestava os sertões. A noção de progresso pensada nos termos postos no conteúdo do discurso oficial se “expressa numa hierarquização da humanidade, no tempo e no espaço, sustentada pela tese da perfectibilidade infinita da espécie humana, que é o seu fundamento filosófico”.³² A certeza do progresso permitiu a Rolim de Moura pensar o futuro dos índios com otimismo. Para o governador, os índios de Mato Grosso deveriam passar do estado da natureza ao estado da cultura, aquela que se assemelhasse à sua, ou seja, a cultura europeia erudita e posta no maior degrau da evolução humana. Esse progredir parece claro na parte que segue do Directório:

³⁰ CARTA de Antônio Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Vila Bela da Santíssima Trindade, 15 de novembro de 1758. In: PAIVA, 1982, p. 160-161.

³¹ FALCON, 2004, p. 61.

³² FALCON, 2004, p. 61.

Não se podendo negar, que os Índios desse Estado se conservarão até agora na mesma barbaridade, como se vivessem nos incultos sertões, em que nascerao, praticando os péssimos, e abomináveis costumes do Paganismo, não só privados do verdadeiro conhecimento dos adoráveis mysterios da nossa sagrada religião, mas até das mesmas conveniências Temporaes, que só podem conseguir pelos meios da civilidade, da cultura e do Commercio: e sendo evidente, que as paternaes providencias do Nosso Augusto Senhor Soberano, se dirigem unicamente a christianizar, e civilizar estes até agora infelices, e miseráveis Póvos, para que sahindo da ignorância, e rusticidade, a que se achão reduzidos, possaõ ser úteis a si, aos moradores, e ao Estado: Estes dous virtuosos, e importantes fins, que sempre foi a heróica empreza do incomparável zelo dos nossos Catholicos, e Fidelissimos Monarcas, seraõ o principal objecto da reflexão, e cuidado dos Directores.³³

O pensamento de Antônio Rolim de Moura era aquele que idealizava a Europa como um espaço ocupado por superiores se comparado ao restante dos humanos do globo terrestre. Um exemplo disso pode ser lido nos ensinamentos de Falcon, em relação à Europa concebida como o lugar de domínio, por ser espaço privilegiado do discurso iluminista e também por, a partir do século XV, se mover em direção à colonização do novo mundo, nos processos de conquista, resultando, sobretudo, na superioridade de seu poder econômico e político. O autor esclarece que, quando se olha para a Europa à luz da unidade e da posição de superioridade que ocupa no globo – a Europa filosófica e cristã, com seus limites culturais e geográficos, construídos ao longo da sua história –, tem-se uma Europa vencedora dos seus ideais tecnológica e cientificamente. Os europeus se viam como os melhores do planeta, os mais civilizados, os mais policiados, elementos importantes do discurso iluminista. Eram, maiormente considerados cosmopolitas, os cidadãos do mundo.³⁴

De tal modo, pensa-se que Antônio Rolim de Moura, ao escrever sobre a ida de índios à Europa, compreendeu ser possível que esses jovens pudessem fazer parte de um movimento coletivo da realidade humana, a sua passagem do estado da natureza ao estado da cultura. Os valores dominantes da Europa suplantariam os valores da sua terra, dos seus costumes, dos seus saberes carregados pela preguiça, pelas paixões, pelo modo comodista de ser. De modo que esse assunto é previsto no Directório:

Porem com a reforma dos costumes, ainda entre homens civilizados, he a empreza mais árdua de conseguirse, especialmente pelos meios da violência, e do rigor; e as mesma natureza nos ensina, que so se póde chegar gradualmente ao ponto da perfeição, vencendo pouco a pouco os obstáculos, que removem, e a difficultáo: Advirto aos Directores, que para desterrar nos Indios as ebriedades, e os mais abusos ponderados, usem dos meios da suavidade, e da brandura, para que não succeda, que degenerando a reforma em desesperação, se retirem do Gremio da Igreja, a que naturalmente os convidará de huma parte o horror do castigo, e da outra a congênita inclinação aos bárbaros costumes, que seus Pais

³³ DIRECTÓRIO, 1758, p. 2.

³⁴ FALCON, 1982, p. 93.

lhe ensinaraõ com a instrução, e com o exemplo.³⁵

Esse tempo de que trata Rolim de Moura e o conteúdo do Directório é o período em que as Luzes aparecem como projeção da razão transparente, autossuficiente, de alcance ilimitado e em perpétuo progredir. Discute-se a racionalidade única, transformadora de paradigmas, e seu modelo é o empirismo, que pode ser comprovado por meio do modelo mecanicista, sendo ele exato e matemático. Nesse modelo, o que conta é a supremacia do intelecto, da sua marcha vitoriosa ao progresso da humanidade. O dogmatismo passou a ser considerado um produto das trevas, da ignorância, das verdades veladas pela permanência das ideias tradicionalistas transmitidas pela Igreja. O homem deve caminhar para a razão, e seu caminhar deve ser incessante e em direção ao progresso, pois para o homem moderno tudo deveria ser explicado pela racionalidade e interação entre homem e natureza.

Os valores do progresso trazem a perfeição da existência humana. Complementando a ideia de progresso, permite-se pensar na noção de civilização, por ser necessária a construção do novo, daquilo que se pode explicar por meio da experimentação. A civilização, além de ser a variável temporal de uma unidade unitária, permite pensar a unidade e a diversidade da humanidade, a fim de se consolidar o pensamento e o entendimento do universo, por meio da racionalização e experimentação das leis da física e da matemática. Pensar na humanidade como uma categoria unitária é também supor que as diferenças estão postas no grau de civilização por meio do avanço do progresso. A ideia de civilização transforma-se num princípio epistemológico de classificação, em que ela se situa no topo de uma marcha ascendente, sempre à frente, adiante, em busca do progresso da ciência e da tecnologia. A noção de civilização implica outra ideia que é complementar, a noção de humanidade. Trata-se de valorizar o homem liberando a moral e as instituições sociais de toda referência transcendente. É o tempo de a humanidade dar vez à imanência, de modo que o homem nesse período passa a ser uma peça da ciência.³⁶

Isso posto, segue-se com o intento de apresentar o pensamento da época da administração portuguesa e da administração de Antônio Rolim de Moura quanto a temáticas relacionadas ao assunto, trazendo em perspectiva outros elementos contemplados nos artigos que compõem o Directório, por meio do qual se conclui as reflexões dessas linhas aqui escritas.

Para mais possibilidades sobre as possíveis problemáticas da carta

De acordo com Kenneth Maxwell, Sebastião José de Carvalho e Melo, um dos mentores da política do Directório que promoveu uma ação política de expulsão dos jesuítas do Brasil e demais congregações religiosas, foi agraciado com o título de marquês

³⁵ DIRECTÓRIO, 1758, p. 7.

³⁶ FALCON, 1982.

de Pombal em 1769, e nomeado conde de Oeiras em 1759 por ter realizado relevantes serviços à Coroa portuguesa. Junto com Dom José I, governou Portugal na condição de primeiro-ministro entre os anos de 1750 e 1777, sendo considerado pela historiografia um déspota esclarecido. A ação da política pombalina visou na América portuguesa algumas mudanças significativas, entre as quais um Estado sem a interferência clerical, ocasionando, aqui no Brasil, a expulsão dos missionários religiosos por terem feitos de poderes disputados pela Coroa portuguesa entre a população indígena. Dessa maneira, foram estabelecidas novas leis que declararam a condição vassálica dos índios, ou seja, eles passaram a ser concebidos como cidadãos da Coroa portuguesa, e não podiam ser escravizados ou submetidos à Igreja, nem receber dela a educação formal.³⁷

Jacques Le Goff também escreve sobre o Iluminismo para historiar o termo em diferentes línguas e contextualizar os desafios da proposta filosófica em várias nações da Europa. O autor, ao explicar que o Iluminismo, a Luz da Razão, propaga-se também a outras áreas linguísticas, incluindo a nação portuguesa sob o domínio do Marquês de Pombal, apontando o marquês como “o primeiro a fazer o processo dos jesuítas”.³⁸ Ou seja, Pombal foi o primeiro governante europeu a tomar a iniciativa de expulsar da América e do reino os missionários e tomar da instituição o seu patrimônio para uso de seus aliados e demais agentes da colônia americana.

Com essas novas decisões políticas a respeito dos jesuítas, os índios passariam da tutela da Igreja, ou seja, do clero, para a tutela de civis, os denominados Diretores. É com parte do Alvará que se dialoga com o fim de dar vez ao assunto:

Sendo Sua Majestade servido pelo Alvará com força de Lei de 7 de junho de 1755, abolir a administração Temporal, que os Regulares exercitavao nos Índios das Aldeas desse Estado, mandando-as governar pelos seus respectivos Principaes, como estes pela lastimosa rusticidade, e ignorância, com que até agora forao educados, não tenhao a necessária aptidaõ, que se requer para o Governo, sem que haja que os possa dirigir, propondo-lhes não só os meios de civilidade, mas de conveniência, e persuadindo-lhes os próprios dictames da racionalidade, de que vivaõ privados, para que o referido Alvara tenha a sua devida execuçaõ, e se verefiquem as reaes, e péssimas intenções do dito Senhor, haverá em cada uma das sobreditas povoações, em quanto os índios não tiverem capacidade para se governarem, hum Director, que nomeará o Governador, e Capitão General do Estado, o qual deve ter dotado de bons costumes, os mais requisitos necessários para poder dirigir com acerto os referidos Indios debaixo das ordens, e determinações seguintes, que inviolavelmente se observaraõ em quanto Sua Magestade o houver assim por bem, e não mandar o contrario.³⁹

As decisões políticas de Pombal demandaram situações adversas aos jesuítas e aos administradores em diferentes unidades administrativas da América, a exemplo do que é escrito, tem-se a capitania de Mato Grosso. As dificuldades em aplicar as leis – que tratam relativamente da liberdade dos índios e do impedimento das ações clericais e missionárias

³⁷ Para saber sobre a vida e obra de Pombal ler: MAXWELL, 1996.

³⁸ IM HOF, Ulrich. **A Europa no século das Luzes**. Lisboa: Presença, 1995. p. 15. A introdução foi escrita por Jacques Le Goff.

³⁹ DIRECTÓRIO, 1758, p. 1.

quanto a esses povos – apontam como o assunto era problemático a Antônio Rolim de Moura.

Logo no início da carta, Rolim de Moura expôs seu desagrado a respeito da política em deixar os índios sob a tutela de Diretores, conforme mencionado nas orientações contidas no Directório, pois, para o governador das terras de Mato Grosso, “o estilo em que estão postos os índios desta capitania é muito diferente, e nela não há também muito, onde escolher para Diretores, talvez poderá levar algum tempo o pôr-se em prática.” Apesar de colocar em ressalvas que, em relação aos índios, seguiria o caminho mais seguro, ou seja, adotaria as orientações vindas do amigo Francisco Xavier de Mendonça Furtado, do Grão-Pará, o governador Rolim de Moura acreditava que lá, se comparado a Mato Grosso, era mais aplicável aquelas leis.⁴⁰

Nesse sentido, Rolim de Moura não pretendia que fosse aplicada a lei para a expulsão dos jesuítas. O governador revelou-se incapaz de ter uma atitude incisiva contra o jesuíta Agostinho Lourenço, ao contrário, defendeu-o para que permanecesse na capitania de Mato Grosso. Ambos seguiram juntos na viagem da Vila do Cuiabá ao Guaporé, com a proposta de que o jesuíta cuidasse da fronteira oeste da capitania de Mato Grosso, quando se fazia cumprir a fundação da vila da Santíssima Trindade, e de também organizar uma missão jesuítica às margens do Guaporé, de forma a assim escrever:

Posso assegurar a Vossa Excelência que o Padre Agostinho Lourenço, desde que saiu comigo do Rio de Janeiro, nunca me deu o menor motivo de pesar de o haver trazido. Ficando o seu companheiro no Cuiabá na Aldeia de Santa Ana, situação sadia, e acomodada, não teve ele dúvida em me acompanhar até estas Minas de Mato Grosso sendo pela fama das suas doenças o terror de toda a América.⁴¹

Isso porque Antônio Rolim de Moura, na expedição monçoeira vinda do sul para a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, trouxe consigo dois padres jesuítas. O padre Estevão de Castro se dirigiu à missão de Santana, fundada por Rolim de Moura no ano de 1752, para aldear índios do distrito do Cuiabá. O outro, Padre Agostinho Lourenço, seguiu para o Guaporé, para lá instituir outra missão, a de São José.⁴²

Em defesa da ofensiva do governo metropolitano aos jesuítas da América, Rolim de Moura traça um histórico de compaixão e solidariedade ao amigo. Seu pesar conta com os assuntos:

⁴⁰ CARTA de Antônio Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Vila Bela da Santíssima Trindade, 15 de novembro de 1758. In: PAIVA, 1982, p. 143.

⁴¹ CARTA de Antônio Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Vila Bela da Santíssima Trindade, 15 de novembro de 1758. In: PAIVA, 1982, p. 144-145.

⁴² A respeito da missão de Santana, ver: CANOVA, Loiva. A missão de Santana no governo de Antônio Rolim de Moura. In: **Revista Ultramares**, v. I, n. 1, p. 173-196, 2012. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/revistaultramares/a-missao-de-santana-no-governo-de-antonio-rolim-de-moura>>. Acesso em: 13 out. 2013.

Em quanto o Sr. Bispo do Rio de Janeiro não me mandou mudar para esta vila a freguezia, nos esteve o dito Padre Agostinho Lourenço paroquiando sujeito aos grandes descômodos, e doenças, que naqueles princípios se padeceram. [...] Finalmente tem começado a fundação da Aldeia de São José (que na minha opinião é da importância, que a vossa Excelência expus já, assim para o serviço de Deus como de Sua Majestade) padecendo nestas empresa fomes, trabalho e doenças, em uma das quais chegou a termos de morrer sem confissão, de donde lhe ficou sempre queixa de cuidado, e sem embargo disso não cessa de trabalhar com a mesma boa vontade.⁴³

Além de Antônio Rolim de Moura relatar as atividades religiosas em condições difíceis na fronteira, considerada por ele a mais insalubre de toda a América, diferentemente de seu amigo, que advogava missão em boas condições climáticas e de saúde, havia ainda que dizer do seu caráter digno e fiel vassalo da coroa, ao contrário de outros seus pares, que a Rolim de Moura se notaram pouco confiáveis.

Não obstante ser Padre da Companhia, conheci nele o menor indício de infidelidade. Sempre me comunicou, o que alcançava dos padres espanhóis a respeito das demarcações, e quando o Padre Raimundo Laines veio a fazer a nossa banda aquela [...]. Além disto o tirar o Padre Agostinho Lourenço da aldeia presentemente tem uma grande dificuldade, e é não haver, que o substitua. Aqui nestas minas há somente dois clérigos desocupados para o dito emprego; mas falta-lhe o mais preciso, que é a licença de confessarem, porque o vigário da Vara atual não trouxe faculdade do Sr. Bispo para concedê-la senão por tempo de um ano, em quanto não recorrerem a ele. Este tem um dos ditos clérigos já gasto todo, e o outro metade. Porem ainda que isto não fora, a um dos ditos clérigos tenho por incapaz para o ministério por ser demasiadamente apaixonados, e imprudente, e do outro também não fio muito.⁴⁴

É de todo a expressão de desagravo de Antônio Rolim de Moura à expulsão do jesuíta quando se lê:

Nestes termos não acho motivo para desconfiar do dito padre: e confesso a Vossa Excelência se me faz muito duro, e repugnante ter com ele procedimento, que Vossa Excelência me insinua: pois me parece, que enviá-lo por essa forma para a sua província, e principalmente sendo ela do Brasil, é tratá-lo, e difamá-lo de infiel à Coroa, não havendo ele dado causa para isso; antes havendo serviço a Deus, e à mesma Coroa com trabalho, e zelo.⁴⁵

⁴³ CARTA de Antônio Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Vila Bela da Santíssima Trindade, 15 de novembro de 1758. In: PAIVA, 1982, p. 144-145.

⁴⁴ CARTA de Antônio Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Vila Bela da Santíssima Trindade, 15 de novembro de 1758. In: PAIVA, 1982, p. 148.

⁴⁵ CARTA de Antônio Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Vila Bela da Santíssima Trindade, 15 de novembro de 1758. In: PAIVA, 1982, p. 146-147.

Para lá das obrigações políticas atribuídas a Antônio Rolim de Moura sob a administração de Pombal, também estão postos os laços de afeto e reconhecimento do governador dos feitos políticos com o missionário jesuíta Agostinho Lourenço, desde sua atuação na escolha do lugar de fundação da aldeia de Santana, localizada na Chapada dos Guimarães, no distrito do Cuiabá, até a difícil tarefa de cuidar de um local que estrategicamente foi pensado como Vila capital. Juntos, os dois, governador e padre, tiveram que trabalhar para atender à instituição de missões na Capitania de Mato Grosso, item posto nas instruções da rainha de Portugal,⁴⁶ disso é pouco falar, porque nos documentos oficiais são assuntos mínimos dos afazeres do cotidiano, mas, do posto acima, soube-se que Rolim de Moura referiu-se deveras insatisfeito com a obra de Pombal, no trato da política de expulsar de Mato Grosso o padre do governo da aldeia de São José.

Referências

ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Diretório dos índios**. Um projeto de civilização no Brasil do século XVIII. Brasília: EdUnB, 1997.

CANOVA, Loiva. **Antônio Rolim de Moura e as representações da paisagem no interior da colônia portuguesa na América (1751-1764)**. 319 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

CANOVA, Loiva. A missão de Santana no governo de Antônio Rolim de Moura. In: **Revista Ultramares**, v. I, n. 1, p. 173-196, 2012. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/revistaultramares/a-missao-de-santana-no-governo-de-antonio-rolim-de-moura>>. Acesso em: 13 out. 2013.

CARTA de Antônio Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Vila Bela da Santíssima Trindade, 15 de novembro de 1758. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.) **D. Antônio Rolim de Moura: primeiro Conde de Azambuja**. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 3.

CORTESÃO, Jaime. **O Tratado de Madrid**. Brasília: Senado Federal, 2001. v. 1, tomo I. (Coleção Memória Brasileira).

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.

⁴⁶ INSTRUÇÃO REAL enviada pela rainha de Portugal ao Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso Antônio Rolim de Moura. Lisboa, 19 de janeiro de 1749. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Pasta 23, n. 1391.

DICIONÁRIO Ilustrado da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro: Bloch, 1976.

DIONÍSIO, Ana Lúcia de Freitas. **Política indigenista e indígena no governo de Antônio Rolim de Moura na Capitania de Mato Grosso (1751-1758)**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Mato Grosso, 2013.

DIRECTÓRIO, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão, em quanto Sua Magestade não mandar o contrario. Lisboa, Officina de Miguel Rodrigues, 1758.

FALCON, Francisco José Calazans. **A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada**. São Paulo: Ática, 1982.

FALCON, Francisco José Calazans. **Iluminismo**. São Paulo: Ática, 2004.

IM HOF, Ulrich. **A Europa no século das Luzes**. Lisboa: Presença, 1995.

INSTRUÇÃO REAL enviada pela rainha de Portugal ao Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso Antônio Rolim de Moura. Lisboa, 19 de janeiro de 1749. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Pasta 23, n. 1391.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MEIRELES, Denise Mald. **Guardiães da fronteira: rio Guaporé, século XVIII**. Petrópolis: Vozes, 1989.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia da Letras, 1994.

MOURA, Carlos Francisco. **Dom Antônio Rolim de Moura, Primeiro Conde de Azambuja; biografia**. Cuiabá, UFMT – Imprensa Universitária, 1982. (Coleção Documentos Ibéricos – Série: Capitães-Generais, 1).

PRESOTTI, Thereza Martha Borges. **Na trilha das águas. Índios e natureza na conquista colonial do centro da América do Sul: sertões e minas do Cuiabá e Mato Grosso (Século XVIII)**, 2008. Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SÁ, Jose Antonio de. **Elogio Fúnebre ao Ilmo. e Exmo. Senhor D. Antônio Rolim de**

Moura, Conde de Azambuja. Lisboa: [s. n.], 1784.

SILVA, Jovam Vilela da. **Mistura de cores:** política de povoamento e população na capitania de Mato Grosso - século XVIII. Cuiabá: EdUFMT, 1995.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. **Dicionário biográfico mato-grossense:** período colonial: 1524/1822: autoridades, bandeirantes, cientistas, conquistadores, índios, militares, religiosos, sertanistas, viajantes. Cuiabá: Carlini & Carniato, 2005.